



CARTA ABERTA À SOCIEDADE ALAGOANA

Municípios estabelecem limite para cachês artísticos pagos com dinheiro público

Alagoas é um estado de gente trabalhadora, de cultura forte e de festas tradicionais que fazem parte da nossa identidade e da nossa história. São celebrações que movimentam a economia, valorizam artistas e mantêm vivas as tradições do nosso povo.

Mas também é um estado que conhece, de perto, os desafios da gestão pública.

Nos últimos anos, assistimos a uma escalada preocupante nos valores cobrados por atrações artísticas em eventos promovidos com recursos públicos. Cachês cada vez mais altos passaram a pressionar os orçamentos municipais, criando uma realidade que exige reflexão, responsabilidade e, sobretudo, coragem para tomar decisões.

Foi diante desse cenário que prefeitos e prefeitas de Alagoas, reunidos na Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), decidiram estabelecer um teto máximo de R\$ 500 mil para cachês de artistas contratados com recursos públicos municipais.



Essa decisão não é contra a cultura.

Não é contra as festas populares.

E muito menos contra os artistas.

Ao contrário. É uma decisão em defesa do equilíbrio, da responsabilidade e do respeito ao dinheiro público. Quando um único cachê ultrapassa valores que poderiam representar investimentos importantes em áreas como saúde, educação, assistência social ou infraestrutura, é preciso parar e refletir.

A cultura precisa ser valorizada.

Mas o dinheiro público precisa ser respeitado.

O que está sendo proposto não é o fim das festas. É o fim dos excessos.

As festas continuarão acontecendo. As tradições continuarão vivas. Os municípios continuarão celebrando sua história e sua cultura, mas agora com limites claros, responsabilidade fiscal e compromisso com as prioridades da população.

Também é importante esclarecer que contratações realizadas antes da decisão coletiva dos prefeitos serão respeitadas, considerando todo o processo administrativo e burocrático já concluído. A partir de agora, no entanto, as novas contratações deverão seguir o limite estabelecido.

Para garantir transparência e segurança institucional, a decisão será oficialmente encaminhada aos órgãos de controle do estado, incluindo o Ministério Público de Alagoas e o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Não se trata apenas de um debate administrativo. Trata-se de um gesto de responsabilidade pública.

O Brasil vive um momento em que a sociedade cobra cada vez mais seriedade na gestão dos recursos públicos. E os municípios de Alagoas decidiram dar um passo importante nesse sentido.

**A cultura é patrimônio do povo.
Mas o dinheiro público também é.**

E governar com responsabilidade é, antes de tudo, respeitar ambos.

